



**Prefeitura de
Maracanaú**

MENSAGEM Nº 009, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025.

Ao

Exmº Sr.

Vereador RAPHAEL PESSOA MOTA

Presidente da Câmara Municipal de Maracanaú

NESTA

Assunto: PROJETO DE LEI Nº 009/2025.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso projeto de lei que **“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº LEI Nº 1.850, DE 09 DE MAIO DE 2012, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

A propositura se justifica pela necessidade de melhor reorganização gerencial e administrativa do pessoal especializado que executa o serviço público municipal de assistência social e de inclusão e cidadania, executados pela Secretaria de Inclusão e Cidadania, criada pela Lei nº 3.628, de 20 de dezembro de 2024, desmembrada da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Em razão do exposto, remetemos o presente Projeto de Lei ao acurado exame de V.Exª. e dos ilustres Vereadores com assento nessa augusta Casa, solicitando sua apreciação e esperando sua aprovação, em REGIME DE URGÊNCIA, nos termos art. 42 da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,

ROBERTO PESSOA
PREFEITO DE MARACANAÚ



Palácio das Maracanãs
Rua Edson Queiroz, nº 270, Centro, Maracanaú, Ceará
CEP 61.900-200

PROJETO DE LEI Nº 009, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025.

**ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº LEI Nº 1.850, DE
09 DE MAIO DE 2012, NA FORMA QUE
ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito de Maracanaú, Roberto Soares Pessoa:

Faço saber que a Câmara Municipal de Maracanaú, aprovou e eu, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 8º da Lei nº 1.850, de 09 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º. A Função Técnica Gratificada – FTG e a Função Técnica Gratificada Gerencial - FTGG serão exercidas, exclusivamente, por servidor público de provimento efetivo, de qualquer categoria profissional, com lotação e exercício nas Secretarias de Assistência Social e de Inclusão e Cidadania”
NR

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento vigente do Município, suplementadas se necessárias.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo quantos aos seus efeitos financeiros que vigorarão retroativamente a partir de 1º de fevereiro de 2025.

**PAÇO QUATRO DE JULHO DA PREFEITURA DE MARACANAÚ, AOS 04 DE
FEVEREIRO DE 2025.**

**ROBERTO PESSOA
PREFEITO DE MARACANAÚ**

